

# A POLÍTICA DE COTAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A PERMANÊNCIA DE CORPOS NEGROS NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO – CAMPUS MARACANÃ

*The Quota Policy of the State  
University of Rio de Janeiro and the  
permanence of black bodies in the  
university space – Maracanã Campus*

*La política de cuotas de la  
Universidad Estatal de Río de  
Janeiro y la permanencia de los  
cuerpos negros en el espacio  
universitario – Campus Maracanã*

NILTON ABRANCHES JUNIOR  
Professor Associado do Departamento de  
Geografia Humana, UERJ/Maracanã.  
[niltonabranches07@yahoo.com.br](mailto:niltonabranches07@yahoo.com.br).

CAMILA REIS TOMAZ  
Doutoranda em Geografia, PPGeo/UERJ  
[camilareistomaz@gmail.com](mailto:camilareistomaz@gmail.com)

CAROLINA SILVA SANTOS  
Doutoranda em Geografia, PPGeo/UERJ  
[Carolinasantos90@gmail.com](mailto:Carolinasantos90@gmail.com)

RACHEL CABRAL DA SILVA  
Doutoranda em Geografia, PPGeo/UERJ  
[silvarachelcabral@gmail.com](mailto:silvarachelcabral@gmail.com)

## Resumo:

O sistema de cotas é uma realidade no processo de acesso de estudantes no Curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. É sabido que a UERJ detém o protagonismo na implantação do referido sistema e o curso de Geografia da UERJ é diretamente afetado, quando da promoção de uma transformação no perfil de estudante que chega ao ensino superior. Tem-se como objetivo discutir sobre as reconfigurações que ocorrem no processo de ingresso, permanência e conclusão do curso. Necessário se fez o levantamento do currículo em vigor para a formação de licenciados e bacharéis de Geografia. Levou-se em consideração também a constituição do corpo docente nesse processo de reconhecimento. Indica-se possibilidades de permanência criadas a partir dos estudantes. Enquanto resultados, notou-se um corpo discente predominantemente negro, cursando um currículo onde questões étnico-raciais e suas interseccionalidades estão silenciadas, ficando a cargo de cada professora ou professor incluir em seu programa de curso tal discussão.

**Palavras-chave:** Sistema de Cotas, Currículo, Questões Étnico-raciais, Permanência Universitária

**Abstract:**

The quota system is a reality in the process of student access to the Geography Course at the State University of Rio de Janeiro - UERJ. It is known that UERJ has a leading role in the implementation of this system and the graduation in Geography at UERJ is directly affected, by the promotion of a transformation in the profile of students who reach higher education. Thus, highlighting the full meaning of such a system, this article aims to discuss the reconfigurations that occurred in the process of admission, of a bottle neck creation and finishing of the course. To carry out this work, it was necessary to survey the current curriculum for the training of Geography graduates and bachelors. The constitution of the teaching staff was also taken into consideration in this recognition process. This text indicates possibilities for permanence created by students. As results, a predominantly black student body is presented, studying a curriculum where ethnic-racial issues and their intersectionalities are silenced, leaving it up to each teacher to include such discussion in their course program.

Keywords: Quota System, Curriculum, Ethnic-racial Issues, University Permanence

**Resumen:**

El sistema de cuotas es una realidad en el proceso de acceso de los estudiantes a la Carrera de Geografía de la Universidad Estadual de Río de Janeiro - UERJ. Se sabe que la UERJ tiene un papel protagónico en la implementación de este sistema y la carrera de Geografía de la UERJ se ve directamente afectada, al promover una transformación en el perfil de los estudiantes que llegan a la educación superior. Así, destacando el significado pleno de tal sistema, este artículo tiene como objetivo discutir las reconfiguraciones que ocurrieron en el proceso de admisión, retención y finalización del curso. Para realizar este trabajo fue necesario relevar el currículo actual para la formación de licenciados y licenciados en Geografía. En este proceso de reconocimiento también se tuvo en cuenta la constitución del profesorado. Este texto señala posibilidades de permanencia creadas por los estudiantes. Como resultados, se presenta un alumnado predominantemente negro, que estudia un currículo donde las cuestiones étnico-raciales y sus interseccionalidades son silenciadas, dejando en manos de cada docente incluir dicha discusión en su programa de estudios.

Palabras-clave: Sistema de cuotas, Currículo, Cuestiones étnico-raciales, Permanencia universitaria

## Introdução

Este artigo apresenta inquietações e experiências de quatro pesquisadores acerca do sistema educacional brasileiro, cujos corpos divergem do corpo padrão tanto no que se refere aos preceitos étnico-raciais, como as questões de gênero e sexualidade. Partimos do pressuposto de que assim como todo e qualquer espaço, seja ele urbano ou rural, o sistema educacional brasileiro foi pensado para atender um determinado tipo de corpo, que segue um padrão universal, associado a branquitude. Desta forma o sistema educacional é aqui tratado como um território interdito para corpos divergentes da norma. Tal como um território, ele se constitui em um campo de forças, onde acontecem severas disputas, mas pode ser visto enquanto um espaço onde se conseguem potentes associações. Sendo assim, o acesso ao sistema educacional brasileiro, sobretudo o universitário, durante muitos anos de nossa história foi restrito a um determinado público-alvo.

Nosso foco neste trabalho está vinculado ao acesso e a permanência desses corpos divergentes ao homem universal na Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Focamos nossa argumentação em combater uma territorialidade efêmera na instituição. Para além das questões de acesso, nos preocupamos aqui com a necessidade da permanência, e o rompimento com o estigma de que este espaço é inapropriado para corpos que se situam à margem da sociedade fluminense.

Se o sistema de cotas foi um avanço, uma política reparatória indispensável após tantos anos de interdição e exclusão a um direito constitucional básico, possibilitando que estes corpos localizados à margem do sistema educacional pudessem acessar o

ensino superior, nos propomos a pensar nas possibilidades de sua permanência. Pensamos esta permanência a partir da criação de lugares de escuta de falas silenciadas e a partir de uma pedagogia do acolhimento que possibilite o (re)conhecimento de si e de reconhecer-se no outro. Tomamos como objeto de nosso trabalho o curso de graduação em Geografia do Campus Maracanã.

O sistema de cotas é uma realidade no processo de acesso de estudantes no curso de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, no Campus Maracanã. É sabido que a UERJ detém o protagonismo na implantação do referido sistema, se transformando num marco do processo de reparação de direitos àqueles que os tiveram negados ao longo da história deste país. Este curso de Geografia da UERJ é diretamente afetado, quando da promoção de uma transformação no perfil de estudante que chega ao ensino superior. Destarte todo o significado de tal sistema, este trabalho discute as reconfigurações que ocorreram no processo de ingresso e permanência no curso. Entende-se que tal processo se dá em modo contínuo, e em dupla via, afetando e sendo afetados todos os sujeitos nele envolvidos.

Para realização deste trabalho focamos no levantamento do currículo em vigor para a formação de licenciados e bacharéis de Geografia, identificando invisibilidades e silenciamentos curriculares, a fim de se perceber a possibilidade dos estudantes de se reconhecerem no currículo ao qual estão submetidos. Levamos em consideração também a constituição do corpo docente nesse processo de reconhecimento. Indicamos neste texto possibilidades criadas a partir dos estudantes, que passaram a entender a graduação em Geografia para além de um espaço onde opera um forte campo de forças, mas também enquanto um território onde se

pode promover potentes associações. Enquanto resultados apresentamos um corpo discente predominantemente negro, cursando um currículo onde questões étnico-raciais e suas interseccionalidades estão silenciadas, ficando a cargo de cada professora ou professor incluir em seu programa de curso tal discussão. Enquanto possibilidade apontamos a formação do Coletivo Mandume, que através de encontros, promoção de palestras e por meio de oficinas, procura atender as demandas silenciadas no currículo em vigor. Apontamos ainda a necessidade de se refletir sobre a permanência desses estudantes que ingressam no curso, uma vez que o não se reconhecer no curso pode ser mais um dos mecanismos de evasão/exclusão ao qual são submetidos.

### **Invisibilidade e silenciamentos curriculares**

É importante destacar que o sistema de cotas, além de potente e necessário instrumento de reparação de direitos, também é uma questão de identidade, visibilidade e representatividade. Nunca se falou tanto em identidade, visibilidade e representatividade como nas últimas duas décadas. Abordamos o tema não a partir de uma característica fixa e negativa, mas sim, enquanto um instrumento dinâmico, que dá sentido e caminhos para a vida (Silva, 2002).

No ensino, enquanto uma área de conhecimento, não há como não associar a identidade como um elemento atrelado diretamente ao currículo. Este age identificando o estudante com o campo de conhecimento socialmente valorizado no seu país, em um processo que tende também a fazer com que ele assuma uma identidade para si, baseando-se no que ele deve conhecer e ser e na

própria forma de agir. Desta forma, o currículo se apresenta como um dispositivo de poder, que interfere em processos de assujeitamento e busca a padronização de subjetividades.

Consideramos que o sistema educacional como um todo, dentro desta perspectiva passa a operar como um importante aparelho ideológico de Estado (Althusser, 1970). Assumimos também que a passividade ao processo de assujeitamento não é a única saída possível. À medida em que processos de invisibilização resultam em silenciamentos, não se reconhecer no currículo do curso de formação, provoca no estudante sensações de mal-estar e estranhamento, sentimentos estes que interferem diretamente na permanência destes corpos na instituição.

Entender que identidade e currículo atuam em conjunto na escola, universidade e na sociedade, em uma importante etapa na formação identitária do/a estudante, é o primeiro passo para pensar outro projeto para educação. Este entendimento também é essencial para superar o racismo estrutural que ainda permanece no processo de construção da sociedade brasileira. Presente em todos os espaços da sociedade, inclusive dentro da estrutura universitária, atinge diretamente estudantes negros/as e/ou pobres que necessitam da política de cota dentro da universidade.

Assim, destacamos a importância do papel de identificação desses corpos nos currículos mobilizados no espaço universitário, em especial, no curso de Geografia, que tem como premissa a compreensão das relações que se constroem no e a partir do espaço. Abordar currículo demanda uma reflexão sobre as disputas que orbitam esse tema, compostas por diferentes sujeitos e por distintas intencionalidades.

Uma ponderação deve ser feita ao trabalhar com o tema, afinal, ao falarmos de currículo não estamos olhando apenas o conjunto das ementas, textos e objetivos que as constituem - aquilo que é conhecido como currículo formal ou prescrito, composto por um conjunto de normativas. Defendemos neste artigo que o currículo é um artefato cultural, um campo amplo e multifacetado de ações, projetos e subjetividades, que envolve distintas arenas de disputas, não reduzidas ao conjunto de conhecimentos escritos (e inscritos) nas ementas. O currículo é movimento, é sentimento, pode levar ao silenciamento, mas também a transgressão.

Dessa forma, currículo é território em disputa, conforme define Arroyo (2002), e, como aponta Silva (2002), além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade. Este mesmo autor, inclusive, demonstra que currículo é um texto racial:

O texto curricular, entendido aqui de forma ampla – o livro didático e paradidático, as lições orais, as orientações curriculares oficiais, os rituais escolares, as datas festivas e comemorativas – está recheado de narrativas nacionais, étnicas e raciais. Em geral, essas narrativas celebram os mitos da origem nacional, confirmam o privilégio das identidades dominantes e tratam as identidades dominadas como exóticas ou folclóricas. Em termos de representação racial, o texto curricular conserva, de forma evidente, as marcas da herança colonial. O currículo é sem dúvida, entre outras coisas, um texto racial. (Silva, 2002, p. 101-102).

Isso significa, efetivamente, que falamos também nas disciplinas, mas não apenas delas. Aqui incluem-se os/as professores/as e seus corpos que representam um currículo, os programas que eles criam para as suas disciplinas, as pesquisas realizadas nas instituições, os grupos de pesquisas existentes e os textos e projetos construídos, as pesquisas financiadas com bolsas para estudantes, os coletivos de estudantes, o corpo discente como

um todo, e até mesmo o que é produzido e aceito como produção científica pela área.

Assim, é preciso indagar se neste universo de relações, o currículo de geografia produz condições de reconhecimento dessas e desses estudantes cotistas enquanto sujeitos que fazem parte da universidade. É fundamental que essa geografia ministrada na universidade contribua na construção de raciocínios espaciais que potencializam a leitura de desigualdade, segregação e o racismo, que ainda são reproduzidos no espaço acadêmico.

Portanto, ao olharmos o currículo, precisamos olhar para qual conhecimento é socialmente valorizado, e nos questionarmos, para quem esse conhecimento realmente é importante. Ou ainda: “que forças fazem com que esse currículo aja para produzir identidades sociais que ajudem a prolongar as relações de poder existentes?” (Silva; Moreira, 2007)

Em nosso artigo, buscamos identificar em primeiro lugar, os currículos prescritos, e para isso, adotamos como escolha metodológica uma análise sobre as ementas de dois cursos de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Embora a UERJ tenha 6 cursos de Geografia – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, CEDERJ, Cabo Frio (recém-criado), Maracanã bacharel, Maracanã licenciatura e Faculdade de Formação de Professores – escolhemos os dois últimos citados, por se tratar de cursos mais antigos, com ao menos duas décadas de currículos praticados e algumas reformas realizadas. Entendemos que a análise a partir desses cursos demonstram uma trajetória que acompanha, de certa forma, a mudança na questão étnico-racial, a partir da criação da Lei 10.639/03 e a implementação das cotas.

Além da escolha, cabe destacar que ambos os cursos passaram por diferentes reformas curriculares, estando o curso da Geografia da FFP em sua segunda versão – com a terceira em elaboração – e a do Maracanã em sua terceira versão. O local no qual pesquisamos as ementas foi no ementário da UERJ. Ao todo, foram analisadas 101 ementas de disciplinas – entre obrigatórias e eletivas, de ambos os cursos.

O procedimento adotado para a análise foi a realização de buscas de palavras chaves no título das disciplinas, além de objetivos e ementa. Não levamos em consideração os referenciais bibliográficos, pois entraríamos em um aspecto de difícil mensuração para o objetivo desse artigo, afinal, o texto estar presente, deslocado da ementa e dos objetivos da disciplina não garante um tratamento à temática étnico-racial.

Tanto no ementário geral – contendo os títulos, como dentro de cada ementa, buscamos as seguintes palavras: Lei 10.639, Lei 11.645, raça, racismo, racialidade, etnicidade, étnico-racial, etnia, relações raciais, negro, negra e negritude. Entendemos que essas palavras remetem a temas e conceitos potenciais para identificarmos a discussão racial nas disciplinas.

Em uma primeira leitura, observamos então os nomes das disciplinas. Esses são importantes pois eles identificam, à primeira vista, o que é valorizado no campo. Afinal, o ato de nomear é também um ato de poder e demonstra um projeto de Geografia pretendido pela instituição. Os nomes dão significados, visibilizam dado tema, além de destacarem um aspecto do que se pretende trabalhar.

A presença de disciplinas que tenham nomes que remetam a debates raciais também é importante pois demonstra que estes

incorporaram a Lei que torna obrigatória a questão étnico-racial nos currículos escolares. A Lei 10.639/03 reforça a demanda dos Movimentos Negros que durante décadas solicitaram que os temas envolvendo o racismo e o protagonismo negro na produção do espaço geográfico compusessem o currículo escolar, e dessa forma, o currículo de formação de professores.

Ao observarmos todas as disciplinas – obrigatórias e eletivas – é possível perceber que apenas um dos cursos contém uma disciplina eletiva, que possui em seu título uma palavra-chave remetendo a questão étnico-racial. Estamos falando aqui da disciplina eletiva de Espaço, Sociedade e Etnia, criada em 2006 na Faculdade de Formação de Professores – FFP, no campus avançado no município de São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Aventamos a hipótese de que ela seja resultado da presença do Professor Andreilino Campos, que naquele período era professor na instituição, e havia sido um dos primeiros autores na geografia a produzir uma dissertação de mestrado sobre a questão étnico-racial (Cirqueira; Corrêa, 2013).

Em nenhuma das outras disciplinas encontrou-se menção direta à questão étnico-racial. O que nos leva concluir que este silenciamento, está presente nos cursos de Geografia mais antigos da UERJ.

Identificamos essa leitura como um problema grave, à medida que esses cursos não parecem ter incorporado como projeto curricular o tema da questão étnico-racial, e de certa forma, os corpos dos cotistas que passaram a entrar no curso. Destaca-se que tanto as cotas quanto a Lei 10.639/03 são anteriores à produção do currículo dessas universidades. O olhar sobre esse ementário, também demonstra que no período em que foram produzidas, esse

tema parecia não ser uma questão, ou seja, não foi considerado relevante para fazer parte do currículo.

Ao mudarmos o foco dos títulos para o texto das ementas, novamente não encontramos menção as palavras procuradas. Dessa forma, os objetivos e temas das disciplinas não remetem diretamente a questão étnico-racial, o que reforça nossa hipótese do currículo enquanto um campo de forças, no qual estão presentes disputas acirradas que acabam por silenciar determinados temas. Os currículos das licenciaturas em Geografia analisados ratificam silenciamentos curriculares, desconsiderando as questões raciais durante a construção desses currículos.

A fixidez encontrada no currículo vigente desconecta a universidade das demandas emergentes da sociedade. Ademais, exclui os protagonistas da produção do espaço brasileiro.

Dessa forma, cabe destacar que esse primeiro olhar sobre os currículos, nos ajuda a identificar limitações, mas não responde a seguinte questão: Quais estratégias podem ser construídas pela – ou a partir da universidade para que se possa reverter essa lastimável situação de descompasso entre a academia e a sociedade?

### **A necessidade de um corpo docente com maior diversidade**

Além das questões tratadas na seção anterior a respeito dos silenciamentos curriculares, que dificultam o reconhecimento das e dos estudantes naquilo que se propõem a ser ensinado e aprendido, identificamos no curso de graduação em Geografia, a baixa representatividade de pessoas não brancas no corpo docente.

Aqui já foi abordado que a academia é um espaço interdito para corpos não pertencentes às normas padrão, uma vez que entendida enquanto um território, ela foi concebida para um determinado corpo. Não se pode furta de dizer que para determinados corpos chegarem ao topo da carreira acadêmica é muito mais custoso do que para outros. Até mesmo porque a farsa do discurso do mérito, calcada no mito das oportunidades iguais, é uma verdadeira falácia na realidade brasileira. Nada neste país foi pensado para atender as necessidades básicas de pessoas negras e pobres. Os espaços educacionais sempre foram pensados para um determinado corpo padrão, aos outros corpos foram atribuídas outras funções sociais e outros papéis a serem desempenhados. Chamamos a atenção para os imaginários culturais construídos, que Mbembe (2019) tão bem faz referência em seu potente texto. De qualquer forma, estas funções determinadas pela criação de espaços interditos, ou pelos imaginários culturais construídos, também produzem conhecimento. Contudo, a sua potência é comumente esvaziada, por ser produzida por um corpo não padrão, que diverge da branquitude. Produziu-se dessa forma uma racialização do conhecimento e uma racialização dos saberes, onde o saber negro e o saber popular foram costumeiramente relegados ao segundo plano. Assim, produziram uma espécie de saber exótico ou ainda pior: folclórico.

Esse saber negro e o saber popular foram considerados saberes menores, não acadêmicos, não científicos, e até mesmo não saberes. Com o sistema de cotas, esse povo negro e pobre consegue acessar o historicamente inacessível: a universidade. Além dos conflitos de saberes e das inadequações epistemológicas já apontadas na parte anterior deste texto, estes corpos divergentes da

norma padrão rapidamente percebem que a euforia de terem conseguido entrar num espaço que jamais foi pensado para recebê-los, duraria pouco. Inteligentes que são e donos de um conhecimento produzido na práxis do cotidiano, quando se deparam com o corpo docente que os aguardam, imediatamente acendem a luz de alerta. Encontram um corpo docente altamente qualificado, mas muito pouco disponível para escutar aqueles e aquelas que ingressam na universidade. Esse corpo docente majoritariamente branco não tem a condição imediata de compreender e aprender em conjunto com eles, pois não experienciam o espaço a partir das vivências desses corpos divergentes. Há uma potente indisponibilidade em compreender os discursos e as formas de organizar o pensamento destes recém-chegados ao mundo acadêmico e uma constante tentativa de assujeitamento destes e destas estudantes a um pensamento hegemônico.

Xavier (2019), Casimiro (2020) e Reis (2021), três pesquisadoras negras de áreas distintas, questionam a escrita acadêmica em relação aos territórios pretos como mais um instrumento de exclusão e silenciamento de corpos-territórios que aprenderam a (sobre)viver pela oralidade e suas práticas especiais transgeracionais. Como se sabe, homens negros chegam à universidade ainda em menor número que as mulheres negras, pois como dona Conceição Evaristo (1995; 2020) denuncia em seus escritos, ao abrir os caminhos das escrevivências hoje utilizadas nas Geografias Negras (Guimarães, 2020) em resistência à essa exclusão, o corpo negro feminino no Brasil sofre em luta e cuidados, enquanto o corpo masculino sofre em lutas e trabalhos. Esta vulnerabilidade social aumenta ainda mais em corpos trans negros, importante destacar, que figuram nas estatísticas necropolíticas da

cidade, se posicionando em lugar ainda muito distante do corpo social universitário, logo, ainda sem qualquer representatividade prévia ou atual no corpo docente analisado.

Ainda que doutor Milton Santos, como figura de representatividade não pode e não deve ser ignorado como exemplo do que pode fazer uma subjetividade negra na construção da linguagem geográfica, como apresenta Cirqueira (2010) em sua dissertação.

A relevância da presença de um docente que represente escuta na graduação pode se destacar no percurso formativo. Trazemos como exemplo trecho da dissertação de Reis (2021) e como a autora dedica a este atravessamento o seu encontro de si na academia:

Inserida num sistema de infinitas normas e espaços pré-definidos para a realização dos movimentos também pré-estabelecidos, questionando a lógica do consumo de corpos-mentes-territórios supostamente sem histórias, padronizados em modalidades uniformizadas, de acordo com o que dita o mercado no momento, assim como profundamente inquieta com a normatização da ânsia pela performance, busquei a expressão dos corpos e de suas Naturezas originárias, encontrada na disciplina Folclore, ministrada pelo corpo-território-Natureza de Asé Renato Mendonça Barreto da Silva (Reis, 2021. p. 20).

No caso do curso de graduação em Geografia do Campus Maracanã, a vivência relatada por Reis no trecho destacado acima, seria impossível. Ao longo de toda a história do curso nunca houve mais de um professor negro no seu corpo docente efetivo. Vale ressaltar que o curso é atendido basicamente por dois departamentos – Departamento de Geografia Física e Departamento de Geografia Humana, que totalizam cerca de trinta

professores. Dentro deste universo de docentes, contamos com apenas um professor negro.

Guimarães (2020) e Xavier (2019) descrevem em suas propostas metodológicas a pluralidade de linguagens e técnicas presentes nas escritas acadêmicas pretas de quem começa a por elas se inscrever e a transcrever o mundo. E por isso, não se defende aqui a presença de um corpo-totem, isto é, uma pretensa representatividade única para todo um povo, a fim de preencher uma lacuna histórica secular. E, sim, expor a ausência de representatividades plurais do povo preto e de escolhas de caminhos a se percorrer juntos para ingressantes negros que talvez sequer sonhem a carreira acadêmica por, em sua formação, ter frustrado o objetivo de, primeiramente, pertencer. Tais ausências de representatividade pode se caracterizar como mais um impedimento a permanência destes corpos negros no curso em questão. Aponta ainda para que se amplie a discussão do que seria de fato um sistema reparatório na modalidade da instituição de cotas, principalmente no que se refere ao concurso público para a contratação de novos professores universitários. Geralmente os concursos são para poucas vagas, onde a aplicação do sistema de cotas para a contratação de professores negros se faz presente enquanto mera formalidade. Outrossim, há que se pensar na constituição das bancas dos concursos de contratação de professores, que quase sempre se apresentam majoritariamente brancas.

## **Estratégias de permanência: o reconhecer-se no outro através dos coletivos**

Leva-se em consideração como recorte temporal o estabelecimento da primeira lei de cotas deliberado pela ALERJ- Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - lei que é fruto de lutas do Movimento Negro. A demanda por políticas públicas voltadas a promoção de igualdade de oportunidades, neste caso na Educação, tem um conjunto de agendas e estratégias para o acesso à Educação de Nível Superior. O objetivo era o de reestruturar a sociedade brasileira dos destroços do colonialismo, da herança de marginalização dos povos africanos diaspóricos e originários e da herança de privilégios aos brancos, com justiça racial para as populações historicamente subalternizadas e discriminadas.

Os desafios enfrentados por estas/es estudantes que ingressaram na universidade por esta política e pelas mobilizações negras, ações coletivizadas que garantiriam não apenas o ingresso, mas reivindicações de políticas para permanência das/os alunas/os cotistas não foram poucos. Uma breve contextualização do surgimento de coletivos de estudantes negras e negros na UERJ, além de resgatar a história do movimento, cria memória sobre aqueles vieram antes de nós. A partir daí aponta-se para a ação/existência do atual coletivo negro da Geografia da UERJ Maracanã: o Coletivo Mandume.

De acordo com Santos (2005, p.15), a UERJ antes da implementação da política de Ação Afirmativa:

A universidade já tinha, em considerável quantidade, alunos de baixa renda, oriundos do sistema de ensino público. Há duas diferenças então: primeiro, até aquele momento, estes alunos se concentravam nos chamados cursos de 'baixo

prestígio social', aqueles cujo vestibular é menos concorrido e que projetam, no futuro, menores salários médios.

O ingresso das/os estudantes oriundos desta política é marcado pelo tensionamento com a estrutura da universidade e a necessidade de inclusão deste novo grupo social, e conforme o autor,

a entrada destes alunos agora é marcada por um traço diferenciador no seu processo de acesso, o que permite tanto a sua estigmatização quanto a politização de sua presença e a produção de processos de transformação institucional a partir disto (Santos, 2005, p.15)

Segundo Silva (2021) estes estudantes, ao longo de suas trajetórias acadêmicas fizeram com que uma nova racionalidade fosse aberta dentro da UERJ (e posteriormente em outras universidades), ao produzirem ciência/conhecimentos com temas, problemáticas, vivências sobre os processos de se reconhecer neste mundo e sua posicionalidade no mundo, percepções e sensibilidades para a academia que se chocam com a universalidade dos modelos de se fazer ciência. Essa política é essencial por formar novos protagonistas do discurso acadêmico que inovam com novos referenciais teóricos e empíricos.

Contudo até chegar a esta etapa, a juventude negra passou/passa por áreas duras de vivenciar o racismo institucionalizado e experienciar a discriminação racial porque uma parcela destes alunos oriundos das primeiras turmas passou por processos de construção de identidade racial no espaço acadêmico. Um espaço de disputa e de severos embates. Foi a partir destes embates que o racismo que permeia a estrutura da universidade (re)aparece. Enquanto resistência se propôs a construção de uma identidade negra positiva e afirmada para se manter e permanecer.

A necessidade de se coletivizar perpassou também pela falta de conhecimentos dos mecanismos de acesso aos direitos na UERJ, e entre os anos de 2004-2005 o Coletivo de Professores Negros da UERJ - SEMPRE NEGRO reuniu um grupo de estudantes negros engajados politicamente, e os assessoraram. O objetivo era para que naquele ano se articulassem para ter representantes discentes no CONSUNI- Conselho Universitário para compor a Comissão de Avaliação de Políticas de Ação Afirmativa da universidade. Desta forma dois alunos disputaram espaço para definir uma política de Ação Afirmativa dentro da comunidade acadêmica, o que possibilitou que esse debate fosse difundido, viabilizando que os membros ativos desta Frente de Estudantes Negras e Negros da UERJ participassem deste processo de reavaliação do sistema de ingresso e garantia do acesso. Cabe ressaltar que este período corresponde àquele onde a política de reserva de vagas estava ameaçada, pois seria reavaliada, o que poderia causar sérios impactos no acesso e permanência da juventude negra na universidade.

Desta articulação, surgiram dois coletivos de estudantes negros: o Denegrir, compostos somente por estudantes da UERJ e o Núcleo Universitário Negro- Luís Gama que posteriormente tornou-se Coletivo Sankofa, formado por cotistas da UERJ e outras/os estudantes de universidades da Região Metropolitana Estado do Rio de Janeiro. Estes coletivos tinham diferentes formas de lutas de agenciamento de novas/os integrantes, mas a agenda política era para além da mobilização pela manutenção das cotas raciais e pela permanência destes estudantes, difundiam e estimulavam ações de combate ao racismo dentro da universidade e fora dela, grupos de

estudos abertos ao público e de formação intelectual para os integrantes dos coletivos.

Os integrantes do Coletivo Sankofa eram de diferentes cursos das universidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Serviço Social (UFF), História (extinta Gama Filho), História (UFRJ), Geografia (UERJ- FFP), Geografia (IGEOP- UERJ), Ciências Sociais (UFRJ), Ciências Sociais (PUC-Rio), História (UFRRJ- Nova Iguaçu). As ferramentas de luta do Coletivo Sankofa eram: oficinas que tratavam das temáticas Cidadania, Educação e Ações Afirmativas, visando a conscientização/valorização racial e construção da identidade do público-alvo - estudantes negras/os nos colégios da Rede Estadual de ensino e em pré-vestibulares sociais — além do debate da importância das cotas raciais na UERJ. O objetivo era mobilizar e estimular as/aos alunas/os secundaristas a disputar vagas na Universidade através dessa modalidade. Os materiais utilizados eram cunhados pelos próprios integrantes provenientes dos grupos de estudos e também a cartilha “Cotas Raciais- Por que sim<sup>1</sup>”, elaborada pela ONG Ibase- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, que elucidava as dúvidas da juventude sobre esta política de ação afirmativa. Além de pressionar a UERJ, juntamente com outros grupos estudantis existentes a época, a ter bandeirão no campus central e nos outros campi, ter ônibus entre campus para facilitar a trajetória pendular, como por exemplo, das/os estudantes que moravam na cidade do Rio de Janeiro e estudavam no campus da Faculdade de Formação de Professores- FFP em São Gonçalo.

---

<sup>1</sup> Disponível em: [https://ibase.br/publicacoes\\_ibase/cotas-raciais-por-que-sim-2/](https://ibase.br/publicacoes_ibase/cotas-raciais-por-que-sim-2/). Acesso em 17 jan.2024.

Além destas atividades fora dos muros da UERJ, o coletivo promovia CineNegro com debates após a exibição dos filmes realizados nos auditórios da UERJ, apresentavam filmes com o protagonismo negro, assim tornando esses encontros espaços de construção de referências identitárias. Na época, as divulgações das atividades eram feitas através de cartazes colocados nos murais informativos nos andares das universidades e campus que as/os integrantes faziam parte, por listas de e-mails e um blog<sup>2</sup>. As atividades realizadas por este coletivo produziram novos olhares para combater o racismo e auxiliaram a construção da identidade negra tanto no espaço universitário quanto fora dele.

A dissertação de Mestrado de Oliveira (2019) abordou a participação política dos movimentos estudantis negros no contexto da implantação e implementação das políticas de ação afirmativa que introduziram uma nova forma de organização no movimento estudantil. Dentre os coletivos pesquisados pelo autor está o Coletivo Denegrir (UERJ). Sobre este último coletivo de estudantes negros o autor narra a sua trajetória, o modo de organização e a estrutura adotada por ele. O autor aponta que:

(...) o Coletivo Denegrir da UERJ, que possui uma sala reservada só para eles. Dessa maneira, as reuniões tanto para deliberações de ações de luta quanto para o grupo de estudos acontecem de forma frequente. Porém, há casos de encontros que são abertos, exclusivamente aos alunos negros e há reuniões que acontecem de portas fechadas, a fim de conceder maior privacidade aos membros do coletivo (p.31).

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://coletivosankofa.wordpress.com/about/>. Acesso em 17 jan.2024.

Ter uma sala dentro da universidade é se territorializar, é ter reconhecimento da sua importância para Universidade, é a possibilidade de dar continuidade nas agendas políticas dos seus integrantes. A articulação para ter esta sala foi fundamental para a existência e permanência deste grupo fundado em 2005. Segundo Oliveira (2019, p. 34), as formas de atuação do coletivo:

[...] desenvolvem diversas atividades com a finalidade de disseminar uma consciência coletiva a partir do princípio da afrocentricidade entre seus membros. Seus integrantes promovem diferentes tipos de eventos acadêmicos, como por exemplo, grupo de estudos, debates, conferências e cursos, além de ações diretas contra o racismo, preconceito e discriminação dentro das dependências da UERJ.

O ato de coletivizar-se não é somente engajar-se numa luta contra o racismo é também um processo de autoconhecimento, de autovalidação da sua existência; é um processo de retomada dos signos, simbolismos, das práticas sociais, das culturas, das religiosidades negro-africanas, de resgatar os valores civilizatórios africanos; é criar mecanismos e critérios da concepção de “ser negro” dentro do ideário político, uma via de desassimilação dos valores da branquitude e da aculturação. Busca-se a afirmação positiva dos valores negro-africanos de cultura, filosofia, história.

Atualmente o curso de Graduação em Geografia possui um coletivo negro. O coletivo Mandume conhece pouco do legado dos antigos coletivos inativos. Não lhes foi passado o “bastão”. Este ato é fundamental para garantir a existência do coletivo com entrada de novas/os integrantes após o término da graduação. É um elemento essencial para dar continuidade aos coletivos e garantir a sua renovação para gerações subsequentes

O ato de nomear é uma forma de homenagear uma/um ativista/ militante histórico do Movimento Negro - tal como o Núcleo Universitário Negro Luís Gama, ativista que no período de 1830-82 foi advogado abolicionista e é considerado patrono da abolição no Brasil) - ressignificar uma palavra que no senso comum é pejorativa (tal como o Coletivo Denegrir - tornar negro algo ou alguém e Coletivo Enegresser da Universidade de Brasília) ou reafirmar os signos africanos Coletivo Sankofa - uma adinkra<sup>3</sup> que significa buscar no passado o que se perdeu para aprender com ele no presente e moldar o futuro. Dar o nome com essas configurações é espacializar institucionalmente a ação política negra na reconstrução de uma universidade plural, “se apresentar para participar” (Santos, 2009).

De acordo com Vinícius Bertho, integrante do coletivo e estudante do 8º período, a escolha do nome do coletivo de estudantes negras, negros e negres de Geografia da UERJ foi

[...] escolhido na fundação do Coletivo em 2015 se deu, de acordo com os mais antigos, pela representação de uma figura negra de poder anticolonial e também inspiração da música do Emicida, de mesmo nome. Manduma Ya Ndemufayo foi um líder político que no início do séc. XX reuniu tropas de vários povoados da Angola e Namíbia contra tropas colonizadoras europeias. Esse conceito de organização negra anticolonial que a figura do Mandume traz vai de encontro ao que tentamos fazer aqui, apesar de em outro contexto histórico [...].

De acordo com as falas das/os integrantes coletadas a partir de entrevistas, o coletivo surgiu em 2015 por iniciativa de

---

<sup>3</sup> Ideograma que transmite aforismos, ou seja, símbolo uma tecnologia ancestral que através de gráficos (ou desenhos) que tem como objetivo representar ideias, valores, provérbios, princípios de natureza prática ou moral.

estudantes da Geografia do campus Maracanã do antigo (atualmente extinto) coletivo Palmares. O momento político era o da redução do preço das tarifas dos transportes públicos na cidade do Rio de Janeiro, em que houve a abordagem policial (com suspeita de flagrantes forjados) e prisão questionáveis de Rafael Braga<sup>4</sup>. Diversos movimentos sociais reivindicavam a liberdade para Rafael Braga e os estudantes de Geografia se mobilizaram enquanto professores em formação. O ingresso de novos estudantes para o Mandume foi feito através de convites pelos corredores, no retorno para suas casas e nas atividades realizadas pelo coletivo, tal como a Semana da Calourada: momento de recepção de estudantes do 1º período.

A consciência de que a universidade se apresenta enquanto um espaço racializado e opressor para corpos não-brancos está presente na fala dos estudantes que compõem o coletivo.

[...] O coletivo surgiu com um intuito de acolher estudantes negres da geografia UERJ. Sabemos o quanto isso é importante, pois estudamos em um local um pouco hostil em diversas formas para nós[...]. (Vinicius Gonçalves, 8º período).

A fala do mesmo integrante sinaliza que além das pautas raciais, as pessoas que integram o Coletivo Mandume se engajam em outras pautas e lutas, como a da necessidade de se estabelecer cotas para as pessoas travestis e transexuais. Percebemos que os estudos sobre corpo/corporalidade negra, gênero e sexualidade

---

<sup>4</sup> “Jovem, negro, pobre, catador de latinhas e morador da Vila Cruzeiro, Rafael Braga foi o único condenado no contexto das manifestações de 2013 - mesmo sem ter participado delas - por portar pinho sol e água sanitária. Seu caso se tornou emblemático em relação a como a justiça (não) funciona para pobres e pretos”. Disponível em: <https://www.liberdadepararafael.meurio.org.br/> e Acesso em 10/07/2023.

também fazem parte do cotidiano de suas leituras, como também nas experiências de espaço destas/es geógrafas/os em formação, e professoras/es em formação. Tal como nos diz Ratts (2016, p.125):

[...] Na geografia, como é relativamente recente a reflexão contínua acerca dessas questões, ressaltando que os estudos de gênero têm crescido no Brasil. [...] Raça e sexualidade seguem como marcos da diferença que ainda merecem maiores esforços de pesquisa. [...] Os “marcadores da diferença” podem ser vistos e discutidos tendo o corpo e a corporeidade como categorias de pensamento – sociais, espaciais e culturais, antropológicas, geográficas e históricas –, e, neste caso, remetidas ao espaço escolar/acadêmico, agregando aspectos das ausências, presenças, barreiras, recusas, discriminações etc.

Estes alunos ao ingressarem no curso de Geografia são confrontados em suas trajetórias de diversas maneiras por serem pessoas negras. Kilomba (2019, p.56) diz que “no racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que ‘estão fora do lugar’ e, por esta razão, corpos que não podem pertencer”. A diferença racial ou os marcadores da diferença dos corpos negros revelam espaços/contextos de interação em que corpos são considerados “no lugar” e corpos que estão no lugar de Outricidade, ou seja, posicionalidades espaciais. O relato de Lucas Venancio do 9º período reflete as interdições do corpo negro no espaço acadêmico em relação à quem pode entrar no centro acadêmico:

[...] Entrar na universidade é ser confrontado diretamente por conta de quem você é. As dificuldades que encontrei para me entender enquanto pessoa negra, na realidade, foram sanadas no 1º ano de UERJ. Pessoas negras de pele clara, como eu, crescem sem se compreender

racialmente. A UERJ fez o "favor" de me lembrar que sou negro a medida em que deixava claro o quanto meu corpo naquele lugar infringe a lógica pré-definida do caminho que minha vida deveria ter seguido. Seja ele qual for [...]. (Lucas Venancio, 9º período).

Sansone (1996, p.183) descreve a lógica do sistema de relações raciais em áreas “moles”, espaços onde ser uma pessoa negra pode ser um prestígio. A negritude é celebrada, onde o contexto de interação social é baseado na horizontalidade e nas áreas “duras” em que o racismo se apresenta. Os contextos de interação social descritas por Sansone nas relações afetivas-sexuais, são no contato com a polícia e no trabalho ou na procura de trabalho. Esses dois últimos contextos apontam relações hierarquizadas, relações verticalizadas. No que se refere a entrada de pessoas negras no espaço acadêmico, essas passam por interdições espaciais por serem corpos que carregam a representação da estigmatização e o “grupo dominante precisa monopolizar as melhores posições sociais, em termos de poder, prestígio social e vantagens materiais” (Guimarães, 2002, p.172). A fala seguinte mostra que a UERJ é uma área dura para pessoas pretas e periféricas.

[...] Pra mim a questão de ser um corpo preto na universidade passou a me atravessar, quando tive a noção do quanto era difícil ter que trabalhar, estudar, cuidar dos meus e cuidar de mim. De perceber que a minha realidade era extremamente distinta de alguns amigos brancos, que não tinham nenhuma responsabilidade além de estudar e ir à academia. Eu diferente deles, tinha que sair às 7 horas pra trabalhar, chegar em casa quase 00h de segunda a segunda. Fora a questão dos conflitos na favela que eu tinha que sobreviver praticamente todo dia para conseguir chegar na Uerj. Além disso, a dificuldade de alguns professores entenderem a minha realidade

e meu jeito distinto de me comunicar e me portar me causava um desconforto enorme, me sentia um peixe fora d'água, um elemento estranho que não conseguia entender o jeito complicado que esse povo fala e nem falar complicado igual a eles [...]. (Lohany Aparecida, 10º período).

Assim, trazemos o relato da estudante Silvia dos Santos sobre como sentiu ao entrar na UERJ sem auxílios que eram destinados somente aos alunos cotistas

[...] Todas as que eu pude enfrentar. Meu primeiro ano de graduação foi cursado presencialmente sem nenhum tipo de apoio financeiro institucional, pois eu não ingressei como cotista e, na época, não tínhamos a BAVS e nem os Auxílios. Comecei a acreditar que não era um espaço para mim e adoeci. Fui diagnosticada com depressão e ansiedade no meu 2º período e estive muito próxima de abandonar o curso. O Mandume, sem dúvida, foi fundamental para a minha permanência, pois eu não conseguiria continuar sem o acolhimento dos meus colegas negros que passavam pelas mesmas dificuldades [...]. (Silvia, 9º período).

No plano do cotidiano, o espaço acadêmico foi sentido/percebido como espaço de violência. As pessoas negras ao longo de suas trajetórias socioespaciais (Cirqueira, 2010) recebem durante sua formação identitária o aprendizado que são subalternos e as manifestações racistas não verbalizadas, os gestos que evocam a ameaça que o grupo dominante sente ao ter que disputar ou compartilhar espaço com alguém que possa usurpar o prestígio e posição social acompanham a maioria dos atos de discriminação, então estes gestos são a projeção de negar a permanência de pessoas negras no espaço acadêmico, tal como o relato de Alex Peterson, do 2º período: “[...] No início a minha maior dificuldade foi a interação, e os olhares de desdém que certas pessoas têm sobre mim”. O integrante relata a vivência do cotidiano

que o discrimina, lê o fenômeno do racismo que se apresenta por meio da linguagem não-verbal (gestos, sinais), é uma Geografia que interpreta o fenômeno racista no espaço, é uma Geografia da Percepção do racismo.

De acordo com a fala da integrante Ana Luiza do 4º período,

Por ser negra de pele clara, tenho muita passabilidade como branca. Mas quando vi minha turma, enxerguei eu era mais uma pessoa negra apenas, me assustei e vi da importância de unirmos nossa voz e nos reafirmarmos nesse espaço.

Ela demonstra que mesmo que havendo similaridade na sua experiência de espaço, há a percepção da Outricidade, quando perceber que o racismo impede que outras pessoas como ela adentrem o curso de Geografia e que nela surgiu a necessidade de se coletivizar para dar potência às pautas raciais, lutas que compõem à agenda do Movimento Negro.

### **Considerações Finais**

A UERJ é tida como uma das universidades pioneiras na implantação do sistema de cotas raciais para a admissão de alunos em seus cursos de graduação, o que a faz ser reconhecida como sendo uma das universidades mais democráticas em seus processos de acesso e de permanência. Apesar dos avanços e do inegável protagonismo na adoção de tais medidas, percebe-se que há a necessidade de se aperfeiçoar esses processos.

Apesar da universidade oferecer quatro cursos de graduação de Licenciatura em Geografia, em diferentes campi espalhados pelo território fluminense, na organização curricular de seus cursos,

apenas uma disciplina sobre questões étnico-raciais é oferecida. Essa disciplina é oferecida no curso ministrado no Campus avançado de São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O silenciamento curricular ao qual os corpos negros são submetidos é aqui entendido como sendo um potente instrumento de exclusão estudantil. O fato de não se reconhecer no currículo tem se apresentado enquanto um fator restritivo para a permanência destes alunos no curso, interferindo diretamente no número de negros professores de Geografia formados pela instituição. Acreditamos que tal fato seja agravado ainda pelo baixo número de professores não brancos na composição do corpo docente.

O próprio movimento estudantil, representado pela articulação dos coletivos negros da Geografia tem buscado construir soluções para promoção do acolhimento dos corpos negros que se aventuram a ingressar nas licenciaturas em Geografia da UERJ. Atribuímos aos coletivos, dentre eles o Coletivo Mandume, a ação efetiva de criação de espaços de escuta com consequentes trocas de saberes e produção de conhecimento. Esses espaços têm proporcionado associações micropolíticas, através do (re)conhecimento das subjetividades negras dentro do espaço dominado por uma Geografia pautada na branquitude.

Por fim, há a necessidade de se rediscutir na UERJ o sistema acesso ao ensino universitário através do sistema de cotas em vigência. Acreditamos que a revisão dos currículos, do sistema de contratação de professores e dos procedimentos para a solicitação dos auxílios para permanência devem ser urgentemente discutidos com a comunidade acadêmica. Desta forma poderemos avançar na desinterdição do espaço acadêmico para os corpos

divergentes da branquitude e caminhar para a construção de uma universidade realmente mais diversa e inclusiva.

### Referências:

ARROYO, M.G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

CASIMIRO, P. de S. **Escre(vi)endo a Baixada**: (des)estruturação do Racismo Ambiental no bairro de Campos Elíseos. 2021, 80f.. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Ambientais) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

CIRQUEIRA, D. M. **Entre o corpo e a teoria**: a questão étnico-racial na obra e na trajetória socioespacial de Milton Santos. 2010. 161f., Dissertação de Mestrado. Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia (IESA), UFG.

CIRQUEIRA, D. M.; CÔRREA, G. S. Questão étnico-racial na Geografia Brasileira: um debate introdutório sobre a produção acadêmica nas pós-graduações. **Revista da Anpege**, p. 29-58, V.10, n.13, jan-jun.2014.

EVARISTO, C. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L; NUNES, I. R. (Org.). **Escrevivência: a escrita de nós**: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

GUIMARÃES, G. F. Geo-grafias negras & geografias negras. **Revista da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, 12, (Ed. Especial), pp. 292–31, 2020.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: N-1, 2019.

MOREIRA, A. F. B; SILVA, T. T. da. **Sociologia e teoria crítica do currículo**: uma introdução. Currículo, cultura e sociedade. São Paulo: Cortez, 2007.

NOGUERA, R. Denegrindo a educação: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**. Brasília. Nº18: p.62-73, mai/out, 2012.

OLIVEIRA, G. dos S. **Coletivos de estudantes negros no ensino superior brasileiro**: políticas da diversidade e organização política estudantil. 2019. 66f. Dissertação. (Mestrado em Educação Faculdade de Educação da Baixada Fluminense). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2019.

RATTS, A. P. **Corporeidade e diferença na Geografia Escolar e na Geografia da Escola**: uma abordagem interseccional de raça, etnia, gênero e sexualidade no espaço educacional. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 46, p. 114–141, 2018.

REIS, C. T. **Encruzilhadas geopoéticas na conservação da natureza**: territorialidades e guardas-parques em território Cunhambebe. 2021. 399f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ecoturismo). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2021.

SANSONE, L. **Nem somente preto ou negro**: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 18, 165-187, janeiro, 1996.

SANTOS, R. E. dos. Reserva de vagas para negros em universidades públicas: Um olhar sobre a experiência brasileira. **Revista Advir**, Rio de Janeiro. n.19, p. 19-22, setembro, 2005.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo o ensino de Geografia**: Temas da Lei 10.639. 1. ed. Rio de Janeiro: CEAP 2009.

SILVA, R. C. da. **Conflitos religiosos e espaço urbano contemporâneo**: cruzamento dos fenômenos de dispersão espacial dos sistemas de significações religiosas de neopentecostais e religiões afro-brasileiras no Rio de Janeiro.2013. 162f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

\_\_\_\_\_. A escala do corpo-território das mulheres de axé: uma abordagem afrocentrada para uma geografia da liberdade. **Anais do XIV ENANPEGE**. Campina Grande: Realize Editora, 2021.

SILVA, T. T. da. **Documentos e identidade**: uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar. 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – **Ementário** – Disponível em <https://www.ementario.uerj.br/>. Acesso em 17 set.2023.

XAVIER, G. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história!** Rio de Janeiro: Malê, 2019.

Submetido em: 27 de setembro de 2023

Devolvido para revisão em: 05 de janeiro de 2024

Aprovado em: 22 de janeiro de 2024

DOI10.62516/terra\_livre.2023.3205

COMO CITAR O ARTIGO:

ABRANCHES JUNIOR, N.; REIS TOMAZ, C.; DA SILVA SANTOS, C.; CABRAL DA SILVA, R. A política de cotas da universidade do Estado do Rio de Janeiro e permanência de corpos negros no espaço universitário- Campus Maracanã. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.1, n. 60, jan-jun. 2023, p. 403-433. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3205>. Acesso em: dia/mês/ano.